

“ALGUMA COISA ESTÁ FORA DA ORDEM”: A LUTA FEMININA PELO DIREITO AO VOTO, EDUCAÇÃO E TRABALHO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

“SOMETHING IS OUT OF ORDER”: THE FIGHT FOR WOMEN’S RIGHT TO VOTE, EDUCATION AND WORK IN THE HOME OF THE CENTURY XX

Tatiana Lima de Siqueira¹

Resumo: Este artigo busca pontuar ações de algumas mulheres que questionaram determinadas fronteiras de gênero e buscaram criar novos espaços de atuação na primeira metade do século XX. Em contrapartida perceber como a nova ordem conquistada procurou, já que não podia detê-las por completo, enquadrar estas mulheres em novos padrões. Contudo, queremos evidenciar que as brechas que elas provocaram, inventaram um cotidiano diferente daquele que a norma previa, por isso devem ser lembradas e valorizadas.

Palavras-chaves: voto, educação, trabalho, gênero e feminismo.

Abstract: This article aims scoring actions of some women who questioned certain boundaries of gender and sought to create new areas of activity in the first half of the twentieth century. However understand how the new order sought won, since it could not stop them completely, these women fit into new patterns. However, we want to show that the gaps that they caused, invented a routine that different from the standard expected, so we must be remembered and valued.

Keywords: voting, education, labour, gender and feminism.

O início do século XX assiste, com espanto, a presença crescente das mulheres nos espaços públicos, até então território marcadamente masculino. A emergência deste fenômeno é, em grande parte, resultado da ação de algumas mulheres que vinham se organizando já há algum tempo, como também, devido ao fato de que

¹ Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo pelo UFBA/PPGNEIM. Formada em História pela UFPB. Professora da UEFS (*Universidade Estadual de Feira de Santana*). Professora de História do Ensino Médio da Rede Pública e Privada. E-mail: tatianalsiqueira28@hotmail.com

a partir do início desse século ocorreu uma maior absorção pelo comércio e pelas fábricas da mão de obra feminina. Episódios como o da Abolição da Escravidão e Proclamação da República ocorridos no final do século XIX, trouxeram implicações que estavam sendo paulatinamente absorvidas na sociedade brasileira. Dentre tais implicações, podemos citar o avanço da urbanização, comércio e industrialização que exigiam mão-de-obra e incorporavam cada vez mais o trabalho feminino, bem como alargavam as necessidades e oportunidades dos sujeitos daquela sociedade provocando o advento de hábitos, costumes, valores e práticas até então pouco experimentados e que, por isso mesmo, terminavam alterando padrões de comportamentos até ali pouco questionados.

A sociedade estava organizada seguindo um padrão patriarcal, isto é, de domínio do homem, do macho, do pai, onde suas ações não poderiam ser objeto de contestação e que em torno desta figura se deveria estruturar a ordem social (ALBUQUERQUE JR, 2003, p.32). Daí que, as mudanças que estavam ocorrendo passavam a ser interpretadas, por alguns, como uma ameaça ao domínio masculino e aqueles homens, até então senhores quase que absolutos dos espaços públicos, acostumados a ditar os valores e “bons costumes” a serem seguidos, se incomodaram e passaram a manifestar sua indignação e assombro a tais “modernisse”. Assistiam abismados a rápida transformação que aquela sociedade vivenciava e apontavam na imprensa as diferenças percebidas entre o tempo da “ordem” em que as coisas aparentemente estavam em seus devidos lugares e o da “desordem” que se anunciava, alterando a disposição dos sujeitos no espaço. Diziam eles:

Antigamente a função feminina se circunscrevia das portas para dentro do lar, não havendo como hoje acontece, a mulher para a rua, a concorrer com o homem, na disputa temerosa do pão, exercendo as mais grosseiras atividades (VOZ DA BÓRBOREMA, 21/01/1939).

A intenção deste artigo é acompanhar as ações de algumas mulheres que passaram a fazer das ruas espaços também seus, e ao transgredir determinadas fronteiras de gênero, pensadas como intransponíveis, inventaram novos espaços de sociabilidades. Mulheres que ao modificarem a ordem, forçaram a criação de uma outra ordem

que pudesse absorvê-las. Em contrapartida perceber, como esta nova ordem procurou, já que não podia deter completamente os avanços femininos, enquadrar estas mulheres em novos padrões que não as liberassem demais, buscando agir estrategicamente, ao adequar as mudanças em curso para quase nada transformar de fato. Contudo, queremos evidenciar que, se por um lado registra-se uma estratégia de enquadramento; por outro, a ação dessas mulheres, ao forçarem que a sociedade demandasse tamanho esforço, não passou despercebida, as brechas que elas taticamente² provocaram, inventaram um cotidiano diferente daquele que a norma previa. Mesmo “voltando para casa”, ou se adaptando aos novos padrões impostos, certamente se tornaram pessoas diferentes. Defendemos, portanto, a idéia de que estas mulheres ao forçarem aberturas se utilizaram de recursos diversos e terminaram por provocar fissuras na teia de dominação patriarcal a que estavam submetidas.

Aberturas provocadas por grandes e pequenos golpes, em grupos organizados ou individualmente, cujas ferramentas principais eram a insubordinação, negação e questionamento das regras e convenções a elas impostas. Convém pontuar que consideramos como resistências aos padrões dominantes, tanto aquelas feitas em organizações maiores como os movimentos que se apresentavam enquanto feministas, que lutavam de forma mais sistematizada pelo direito ao voto, educação e o trabalho feminino; Como também aquelas atuações informais de resistências, empreendidas por mulheres em seu duro cotidiano. Rachel Soihet (1997, p.283) aponta alguns flagrantes desse tipo de ação, cita por exemplo o fato de determinadas mulheres tirarem proveito das imagens de fraqueza e histeria que lhes eram atribuídas, para ampliar seu poder e liberdade na família e em diferentes situações. Estudar, portanto, as mulheres pressupõe percebê-las como plural visto que suas condições, contextos e histórias são diversos. Mapear, algumas práticas transgressoras destas mulheres, talvez seja um dos muitos caminhos que podemos trilhar neste momento para contribuir na composição do imenso e rico mosaico que se configura o sexo nada frágil, do qual fazemos parte.

² Manipulo aqui o conceito de tática inspirado na forma como Certeau instrumentaliza essa categoria. Para ele, tática é uma ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio, ela não tem por lugar senão o do outro e por isso joga com o terreno que lhe é imposto. A tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado (CERTEAU, 1994, p. 99-102).

Ao acompanharmos as práticas femininas examinamos também as relações que há entre homens e mulheres no contexto histórico em que nos propomos trabalhar, pois consideramos que a forma como cada um desses sujeitos atua em um dado contexto, diz respeito com o tipo de relação que é socialmente esperada deles. É, portanto, fundamental ao exercício desta análise um olhar que Joan Scott, utilizando Foucault, nos propõe, isto é, o modo como se lê as diferenças sexuais na sociedade tem a ver com o saber que se construiu historicamente sobre o corpo. Saber este, não absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Saber que não se refere apenas a idéias, mas, também, a instituições, estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos, visto que todos constituem relações sociais. O saber é assim entendido como um modo de ordenar o mundo e, com tal, não antecede a organização social, mas é inseparável dela (SCOTT, 1994, p. 13).

O saber, ao estabelecer uma determinada ordem sobre as relações de gênero, participa da produção das representações sobre como os homens e mulheres devem incorporar e atuar no grande palco de suas vidas, por isso faz-se necessário estudar estas relações, a partir da noção que Scott defende de gênero, isto é, entendendo-o como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, também, uma forma primeira de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1996, p.12). Sendo assim, examinaremos as relações de gênero no contexto das primeiras décadas do século XX, considerando que na constituição destas relações ocorre assimetria de poder, através da qual a figura feminina encontra-se em desvantagens em relação à masculina e que estas relações é um fenômeno social e histórico e sendo assim produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Daí que, aqui neste texto, apresentamos e discutimos algumas situações em que estas relações de gênero foram postas em questão ao longo do período proposto.

Um primeiro lugar de questionamento e transgressão de fronteiras impostas às mulheres que chamamos atenção neste artigo é o movimento feminista, que no início do século passado ganhou destaque por lutar principalmente pela extensão do direito de voto às mulheres, um segundo momento de destaque na luta pela emancipação feminina foi aquela empreendida pelo acesso à educação e por fim a batalha por

ter acesso ao direito de ir trabalhar fora de casa. Assim, voto, educação e trabalho são três elementos de luta feminina que seriam evidenciadas neste texto, refeltindo um pouco do percurso percorrido para que se tornassem direitos estendidos também ao “segundo sexo”³.

As idéias e ação feminista foram ganhando notoriedade ao passo que as mulheres foram conquistando novos espaços, aprofundando discussões e organizando manifestações em que exigiam a emancipação da mulher. Nomes como o da professora Leolinda Daltro e Gilka Machado se destacaram, por ter fundado no Rio, em 1910, o *Partido Republicano Feminino*, que tinha como objetivo recomençar no *Congresso Nacional* o debate sobre o voto da mulher abandonado desde a *Assembléia Constituinte* de 1891. Sete anos após sua fundação, em 1917, o *Partido Republicano Feminino* chegou a organizar uma passeata no Rio de Janeiro com o objetivo de reivindicar o direito ao voto feminino. No ano de 1919 outro passo significativo em prol do sufrágio feminino foi dado com a criação da *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher* que, no ano de 1922, sob a liderança de Bertha Lutz, acabou por se transformar na *FBPF – Federação Brasileira para o Progresso Feminino* – considerada a primeira entidade de mulheres no Brasil (ALMEIDA, 1986, p.19).

June Hahner (2003, p. 297-300) afirma que a transformação da *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher* em *Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)*, órgão filiado à *Aliança Sufragista Feminina Internacional*, deu um caráter nacional ao movimento, e passou a ditar as orientações que as sufragistas brasileiras deveriam empregar durante a sua campanha pela conquista do voto feminino. Ainda em 1922 a *FBPF* organizou o *I Congresso Internacional Feminista*. Em 1927, a *FBPF* conseguiu sua primeira vitória, quando por intervenção do governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, a *Assembléia Legislativa* aprovou uma resolução concedendo às mulheres daquele estado o direito de votar (COSTA; SARDENBERG, 1998). Elas de fato compareceram às urnas, mas seus votos foram anulados, não havia chegado ainda o momento e nem a luta terminado.

³ Referência à expressão título da obra de Simone de Beauvoir onde discute como historicamente à mulher coube o segundo lugar na sociedade.

Fazia parte do plano de ação da *FBPF* inaugurar filiais no maior número de estados brasileiros, estratégia que visava, nas palavras de Bertha Lutz, “canalizar esforços isolados”. De fato a idéia de federação espalhou-se. Tem notícia de núcleos em Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Pará etc.

Na Bahia, a *FBPF* inaugurou sua filial a 09 de abril de 1931, recebendo o evento a mais ampla cobertura da imprensa local. Falando ao *Diário da Bahia* no dia da fundação da filial baiana, numa reportagem de primeira página, acompanhada de foto. Lili Tosta, jornalista e membro da diretoria da entidade, explicou a importância e organização da instituição, mostrando o quanto à Bahia, com essa inauguração, passava a se inserir num movimento mais amplo, de caráter tanto nacional quanto internacional o que, certamente, valorizava e despertava maior interesse perante aos leitores para o evento. Disse Lili:

[...] A sede brasileira, que é na Capital Federal é por sua vez filiada à Federação Internacional de mulheres, da qual fazem parte quarenta e quatro nações. Trata-se, pois, de uma instituição de caráter internacional de milhares de mulheres solteiras, casadas, viúvas de quarenta e quatro nacionalidades, de todos os credos políticos e religiosos, de todas as profissões, de vários idiomas, todas arremetidas sob a mesma bandeira idealista, obedecendo ao mesmo regulamento, unidas, solidárias e irmanadas aos mesmos ideais, trabalhando em favor do progresso e do aperfeiçoamento do seu sexo (DIÁRIO DA BAHIA, 09/04/1931).

A composição social da *Federação Bahiana pelo Progresso Feminino* era basicamente de mulheres de classe média alta e de filhas das famílias mais tradicionais do estado. Apesar de limitada a atuação dessas mulheres, tendo em vista estarem circunscritas aos ditames daquela sociedade, onde os estereótipos tradicionais de homens e mulheres eram reforçados constantemente, sua atuação não deixou de ser um enfrentamento ao modelo conservador e tradicional a que estavam submetidas. Elas participavam de eventos sociais, escreviam artigos para jornais e revistas, organizavam abaixo-assinados fazendo petições ao governo e, ainda, realizavam conferências públicas (COSTA; BRANDÃO, 2000, p.158). Os jornais da época divulgavam esta atuação.

O feminismo na sociedade contemporânea é uma realidade, que pode ser discutida, mas não pode ser negada. E, na Bahia, [...] assistimos, dia a dia, a crescente intromissão feminina, em todas as esferas de atividade, com sucesso (DIÁRIO DE NOTÍCIA, 09/04/1931).

Foi, portanto, na primeira metade do século XX o momento de um movimento feminista mais sistematizado no Brasil, antes daí, apesar de ter ocorrido outras manifestações de cunho feminista, estas, não conseguiram representar mais do que “esforços isolados”, até mesmo por falta de meios para poderem estabelecer ligações entre eles. É importante lembrar, que os grandes veículos de circulação de informações e idéias tais como: a imprensa, o telefone, o telégrafo e os meios de transporte foram desenvolvidos ou aperfeiçoados no final do século XIX e início do XX e foram esses meios de grande valia na divulgação de pensamentos, eventos e mesmo na instauração de debates sobre temas polêmicos dentre os quais aqueles que o movimento feminista propunha.

A existência do movimento feminista e principalmente o avanço de algumas de suas idéias de cunho emancipacionista, despertaram a atenção das autoridades da época, que buscaram num primeiro momento conter esse avanço. Mãos masculinas hábeis foram destinadas a codificar opiniões receosas, quanto às mudanças que o mundo moderno trazia para a sociedade em que viviam e alertavam para os perigos que isto significava. Escritas (de)anunciavam na imprensa o surgimento idéias que pregavam a possibilidade de se construir lugares antes insuspeitos para a figura feminina. Diziam:

Afinal sempre a voz do bom senso feminino falta à senhora Albertina Bertha, nessa história de direito de voto às mulheres. Porque é coisa extravagante e requintadamente ridícula, estão querendo forçar nossas mulheres a votar. [...] Sempre se espera que uma reserva de bom senso nos salve de inovações perigosas, fora de nossa índole e de nossas tradições, verdadeira macaqueação estrangeira (DIÁRIO DE PERNANBUCO, 04/12/1927).

Ao passo que o movimento feminista foi se firmando o discurso masculino foi procurando “aceitá-lo” e aceitando procurava normalizá-lo. Assim, alguns representantes do sexo masculino apontavam na imprensa como deveria ser a ação feminista para poder ter espaço e credibilidade na sociedade. Em 1931 encontramos artigos do tipo:

O feminismo precisa ser bem compreendido para poder prosperar. [...] O Movimento feminista não visa conseguir que a mulher arremede ou iguale o homem em todas as suas ações; mas aspira a instrução da mulher, a sua liberdade de pensamento e o direito ao voto. [...] Trabalhe, pois, feministas baianas, constrói na mente o ideal da liberdade e lute pela conquista dos direitos que até então vos negaram, nunca esquecendo os deveres inerentes ao vosso sexo. Os homens e as mulheres estão na obrigação de apoiar e ajudar a realização do verdadeiro, combatendo o falso feminismo (DIÁRIO DA BAHIA, 05/04/1931).

Coube também às mulheres do movimento feminista eliminar certos temores e buscar convencer e obter apoio de adversários. Argumentaram na imprensa:

‘Santo Deus!!’ Exclamarão os nossos adversários. E os nossos lares, como ficarão?! Adeus, família!!! Adeus lar!!! Quem tomará conta dos nossos filhos?! Quem cuidará dos nossos pequenos confortos?! Não haverá perigo! Em primeiro lugar as leis naturais são imutáveis. [...] Em geral, isto sem profetizar, prevemos que a maioria das mulheres, no futuro, como as de todos os séculos passados, escolherão naturalmente, a profissão de mãe de família e de dona de casa (DIÁRIO DA BAHIA, 22/09/1931).

A luta pelo direito ao voto da mulher chegou a seu fim em 1932, quando o *Código Eleitoral* incluiu a mulher como detentora do direito de votar e de ser votada. Porém, a *FBPF* não diminuiu suas atividades. Nos primeiros anos da década de 1930 tentou, sem sucesso, eleger Bertha Lutz para a *Assembléia Constituinte* de 1934, pressionou parlamentares para incluírem na Constituição novos direitos para a mulher e organizou *II Congresso Nacional Feminista na Bahia*, que buscou, dentre outros assuntos, discutir estratégias para promover candidaturas femininas e eleger o maior número de mulheres a cargos políticos, ação que ajudou a possibilitar a vitória de cinco mulheres a deputadas estaduais no Brasil nas eleições de 1934⁴.

Em 1936, Bertha Lutz, que ficara na suplência na eleição para a *Câmara Legislativa Nacional*, assumiu o cargo de deputada federal e no mesmo ano a Federação promoveu o *III Congresso Nacional*

⁴ Foram elas: Maria Luiza Bittencourt na Bahia, Lili Lages em Alagoas, Alayde Borba em São Paulo, Quintina Diniz de Oliveira em Sergipe e Maria Miranda Jordão em Amazonas (COSTA, 1995, p.227-228).

Feminista, que constava na pauta projetos para pressionar o Legislativo a aumentar os direitos das mulheres (PINTO, 2003, p.28). Com o golpe político de 1937, que instaurou a ditadura do Estado Novo no Brasil, dissolvendo a *Câmara Federal*, extinguindo os partidos políticos e promovendo uma série de medidas restritivas, a *FBPF*, apesar de não ser extinta, perdeu espaço e expressão no cenário brasileiro.

Um segundo aspecto que chama atenção, na trajetória de luta feminina em busca de sua emancipação, é a conquista do acesso à educação. As pioneiras do feminismo brasileiro tiveram como principal bandeira de reivindicação a conquista de uma educação ampla e irrestrita às mulheres, acreditavam ser esse o caminho necessário para se atingir a autonomia feminina. No decorrer da segunda metade do século XIX, essa reivindicação já se tornava assunto recorrente nos discursos daquelas mulheres engajadas na causa emancipacionista. Nísia Floresta – professora norte riograndense autodidata e considerada a pioneira do feminismo no Brasil – se destacou nessa luta. Em 1853 (FLORESTA, 1989, p.2) escreveu: “Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado - emancipação da mulher - nossa débil voz se levanta na capital da Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!”.

Segundo Susan Besse (1999) no início do século XX a educação para as mulheres urbanas se tornou uma necessidade prática, devido ao processo de rápida industrialização e urbanização. A indústria exigia mão-de-obra que fosse mais bem treinada e, ao mesmo tempo, moral e mentalmente disciplinada, tal padrão seria adquirido através de uma educação moderna, isto é, “racional” e “científica”. A educação se fazia necessário às mulheres tendo em vista que o projeto de modernização que a sociedade atravessava, porém esta tinha de ser muito bem pensada, pois se temia que, possibilitando os estudos às mulheres, estas pudessem se desviar de sua sagrada missão de mãe zelosa e esposa devotada.

Dessa forma, as políticas educacionais daquele momento propuseram uma educação feminina “moderna”, onde oferecesse instrução e permitisse às mulheres atuar como trabalhadoras e cidadãs na sociedade burguesa moderna, mas, também, preparasse as mulheres para o casamento e a maternidade. As escolas procuravam assim, dar às meninas uma educação “prática”, que visava primeiro, formá-las para a vida doméstica e familiar, mantendo assim aquilo que era básico e

indispensável a elas e, depois, se pensava que este estudo serviria também para possibilitar outros benefícios como realizações pessoal e profissional (BESSE, 1999, p.122).

Contudo, nem todas as mulheres se enquadraram nessa visão de (in)utilidade da educação e a buscaram, imprimir sérias críticas a este modelo de formação. Besse (1999, p. 175) em seu trabalho aponta o exemplo da anarquista Maria Lacerda de Moura, que acusava aquele tipo de educação de “destruir as energias das alunas, degradando seu caráter e combatendo toda idéia nova”, ela mesma, depois dos 30 anos de idade, isso por volta de 1920, começou a dedicar-se aos estudos, os quais chamou de “sérios”, passando a escrever e se dedicando ao magistério e ao ativismo político e, assim, se “libertando das opiniões antifeminista de que a mulher nasceu exclusivamente para ser mãe, se dedicar ao lar e brincar e divertir o homem com quem convive”.

Apesar dos discursos, tanto religiosos, quanto científicos ou pedagógicos, direcionaram as mulheres nas salas de aulas, sendo alunas ou professoras, para uma educação voltada para o aperfeiçoamento das características que eram consideradas “tipicamente femininas”, como paciência, afetividade, doação, dentre outros, logo as que não subverteria a função feminina fundamental que era a maternidade, este objetivo nem sempre foi alcançado. Muitas dessas mulheres, enquanto sujeitos concretos, nem sempre cumpriram certas prescrições, pois, como afirma Guacira Louro (2000, p.450-479) homens e mulheres constroem de formas próprias e diversas suas identidades; na verdade os sujeitos históricos ao viverem diferentes e intrincadas relações estão sempre a sofrerem e exercerem poder. Daí essas mulheres, apesar de terem todo um contexto contrário, foram capazes de engendrar discursos discordantes, construir resistências e subverter comportamentos esperados.

O terceiro elemento de luta feminina que merece destaque é aquela empreendida em prol do direito das mulheres se inserirem e/ou permanecer no mercado de trabalho remunerado. Nas primeiras décadas do século XX, ocorreu o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, segundo Susan Besse (1999, p.143) foi resultado de uma associação de fatores: primeiro, a passagem da produção doméstica para o mercado e o conseqüente declínio do valor econômico do trabalho doméstico das mulheres; segundo, a situação

econômica precária da crescente classe média urbana, esmagada pelas altas taxas de inflação e pela pressão para consumir os produtos e serviços da economia de mercado que se expandia rapidamente; terceiro, a procura, cada vez maior, de funcionárias no setor de serviço; e, por último, a adoção, pelas próprias mulheres, do valor burguês do trabalho, o que promovia seu desejo de auto-suficiência econômica e realização profissional.

A presença das mulheres no mercado de trabalho, especialmente nas fábricas nas primeiras décadas do século XX, foi analisada, pela imprensa da época, sob o viés da exploração e sofrimento causado pela sua condição de “sexo frágil”. Estas mulheres quase sempre apareciam como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência. Margareth Rago, em estudo sobre o trabalho feminino em São Paulo no período já mencionado, comenta que apesar das greves e mobilizações políticas que as operárias realizavam, estas eram quase sempre descritas como “mocinhas infelizes e frágeis” desprotegidas e emocionalmente vulneráveis aos rostos da sociedade (RAGO, 2000, p. 578).

Em pesquisa realizada por Cecília Sanderberg (1998, p.150) sobre as lembranças de operárias e operários da época que eram empregadas(os) da Fábrica São Braz, indústria têxtil fundada em Salvador em 1875 e mantendo-se em funcionamento até 1959, constata que são as mulheres que recordam com maior nostalgia e saudade, não apenas da vida do bairro enquanto vila operária, com também de seus trabalhos na fábrica, chegando mesmo a idealizar esse passado operário. Em depoimentos recolhidos pela a autora alguns expressam esse sentimento:

‘Plataforma não é mais como era naquele tempo não, quando o povo tinha consideração com os outros. Antes era bem melhor. Tinha aquela amizade que você podia contar, podia contar com os vizinhos. Todo mundo aqui trabalhava na fábrica.’ [...] ‘Na fábrica eu fui fiadeira. Só não trabalhei na tecelagem.’ [...] De fábrica eu conheço tudo! Se eu tivesse tempo, eu voltava prá ali. /eu conheço tudo, eu fazia algodão grosso, eu fazia tudo isso. Eu sei operar aquelas máquinas todas, eu opero’ (Dona Adelaide e dona Linda respectivamente, apud SADENBERG, 1998, p. 152).

Cabe aqui refletir sobre algumas questões tipo: como alguém pode sentir saudades de momentos onde imperava, segundo boa parte dos relatos de imprensa, quase que exclusivamente a opressão e sofrimento? Será talvez que a rede discursiva que denunciava somente

os abusos, não estaria contando apenas uma parte do cotidiano fabril daquelas mulheres? Não seria esta uma forma de frear um pouco aquela invasão de mão-de-obra feminina naqueles espaços? Ou uma estratégia das relações de poder presentes na constituição das relações de gênero para impedir que estas fossem alteradas?

Pesquisas apontam que no desenvolvimento das indústrias as mulheres foram progressivamente expulsas e substituídas pela mão-de-obra masculina. Com o rápido crescimento da produção industrial dos anos 30, por exemplo, acentuou-se uma queda na percentagem de mulheres empregadas naquele setor. Em 1872 as mulheres representavam cerca de 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950, passaram a representar apenas 23% (RAGO, 2000, p.582). A saída destas mulheres não foi um fato espontâneo, mas, certamente uma retirada necessária e conduzida por aqueles que desejavam a conservação dos lugares “naturais” de (atu)ação masculina.

Apesar das imagens pintadas sobre as mulheres, a respeito de sua condição enquanto operárias, as revelarem apenas como “sofredoras” e “vítimas passivas do assédio dos patrões e supervisores”, estas representam apenas um dos aspectos presentes no cotidiano daquelas operárias, aquele que mais interessavam mostrar no momento pelos jornais da época.

Os estudos mais recentes sobre as operárias do início do século, tendem a explicitar que elas não ficaram passivas e indefesas à mercê da exploração de seus superiores; elas empreenderam múltiplas formas de resistências como, por exemplo, entrando na luta organizada por melhores salários e condições de trabalho dignas. Em 1928 criou-se o *Comitê de Mulheres Trabalhadoras*, uma das primeiras associações dessa natureza no Brasil como parte integrante do *Bloco Operário e Camponês (BOC)*, organização político-partidária operária ligada ao *Partido Comunista de Brasil (PCB)*. Duas décadas mais tarde já existiam várias outras organizações de mulheres trabalhadoras que buscavam convocar, muitas vezes, nas portas das fábricas as trabalhadoras para participarem de organizações e lutas políticas operárias (SARDENBERGUE, 2002, p.143).

Sardenberg, entretanto, chama atenção para as dificuldades em acompanhar a ação das mulheres trabalhadoras em sindicatos e greves, isso porque se constatou escassez de fontes documentais referentes aos

sindicatos do passado, justificada por ela, primeiro, pela repressão policial contra as organizações sindicais e, segundo, devido o caráter patriarcal daquelas organizações, que contribuiu para a invisibilidade feminina naquelas instituições e atuações no cotidiano de lutas. Daí o grande desafio de reconstruir tais caminhos percorridos por essas mulheres na vida sindical e, também, a necessidade de trilhá-lo, para que possamos discutir o mito da passividade feminina e falta de consciência operária entre as mulheres, não só para preenchermos lacunas existentes, mas, também, para analisar a complexa relação entre gêneros naquele contexto (SARDENBERGUE, 2002, p. 135).

Analisar os discursos produzidos ao longo do tempo sobre os papéis e ação das mulheres no que diz respeito à sua capacidade e necessidade de participação da vida pública, seja através do voto, da educação ou inserção no mercado de trabalho é um dos caminhos para se perceber como determinados mitos foram construídos e reatualizados ao longo da história. Para cumprir esse papel faz-se preciso perceber os discursos a partir de como Foucault propõe, ou seja, não só como o um conjunto de signos, mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que eles falam. Nas palavras do próprio filósofo, os discursos como “práticas discursivas” significa tratá-los como:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma determinada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007, p. 157).

Dessa forma, cabe perceber que circulavam, no período analisado, discursos que atestavam ser as mulheres biológica e emocionalmente incompatíveis para a vida pública; especialmente para o trabalho nas fábricas, freqüentar as universidades e participar diretamente na política. Alimentados por teorias de respaldo científico, que vinham desde o século XIX, esses discursos justificavam e legitimavam as relações desiguais e hierárquicas estabelecidas entre homens e mulheres, reafirmando a crença da inferioridade da figura feminina perante a masculina, no que dizia respeito, por exemplo, à inteligência. Tais idéias asseguravam:

Características femininas, por razões biológicas são: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais e a subordinação da sexualidade à vocação

maternal. Em oposição, o homem, que conjuga à sua força física, uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios (SHOIHET, 1997, p.10).

Teorias desse tipo tinham bastante força no período, tanto homens quanto mulheres acreditavam e as incorporavam. Entretanto, chamamos atenção ao fato de que tal incorporação não exclui a presença de variações e manipulações, os sujeitos que as incorporam não eram passivos diante de tais teorias. Concordamos com Certeau que ao falar sobre os modos de proceder da criatividade cotidiana diz:

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da 'vigilância', mais urgente ainda é descobrir como é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não se para alterá-los; [...] trata-se de descobrir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de 'táticas' articuladas sobre os detalhes do cotidiano (CERTEAU, 1994, p.41).

Portanto, torna-se necessário desvendar as sutilezas engendradas criativamente pelos dominados, com vistas a reagir a opressão que sobre eles incidem, é necessário distinguir as operações quase "microbianas que proliferam no seio das estruturas" e "alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de 'táticas' articuladas sobre os detalhes do cotidiano". Importa, desse modo, não só observar e precisar como a violência da "ordem" atua, mas, também, como os sujeitos históricos criativamente dispersam, ignoram e transformam essa ordem. Instigados, portanto, a olhar para além da norma e perceber as táticas mobilizadas por essas mulheres no sentido de transgredirem espaços definidos como únicos possíveis de transitarem.

Muitas mulheres envolvidas com o processo de mudanças pelas quais passavam a sociedade brasileira no início do século passado, resistiram à ordem imposta, recusaram certas fronteiras, alteraram muitos dos significados e práticas que eram tidos por legítimos e intransponíveis e recriaram novos espaços. Dessa forma, elas foram construindo suas redes de solidariedade e sociabilidades em lugares antes insuspeitos, atitudes que fizeram com que suas lutas se não toda vitoriosa, mas, pelo menos, capazes de abrirem brechas, através das quais foram se firmando, amadurecendo e aprendendo a lidar, como

qualquer ser humano, sejam eles mulher ou homem, com as adversidades que qualquer novo espaço oferece.

Margareth Rago chama atenção quanto à importância de pontuarmos e lembrarmos as resistências femininas:

Assustador é o perigo de esquecermos essa tradição de luta dos primórdios da nossa industrialização, [...]. Muitas mulheres, trabalhadoras e, especialmente, as feministas, têm lutado nas últimas décadas pela construção de uma esfera pública democrática. Elas querem afirmar a questão feminina e assegurar a conquista dos direitos que se referem à condição da mulher. Por isso mesmo, é importante que possamos estabelecer as pontes que ligam as experiências da história recente com as do passado, acreditando que nos acercamos de um porto seguro e nos fortalecemos para enfrentar os inúmeros problemas do presente (RAGO, 2000, p. 605).

A produção historiográfica atual aponta justamente para o caminho descrito por Rago. Ela ampliou-se e diversificou-se nos últimos anos, quando passou a ser preocupação desse estudo sujeitos até então invisíveis na história, um desses foram as mulheres. Preocupações com sua participação na sociedade, organização familiar, movimentos sociais, política, trabalho, violência e imaginário feminino adquiriram notoriedade, passaram a ser investigadas numa perspectiva histórica.

O advento e crescimento desta produção não é apenas no sentido de incorporar as mulheres no interior de uma grande narrativa pronta, isso seria muito pouco, tendo em vista a multiplicidade do ser feminino. Daí a importância do surgimento da categoria gênero como análise histórica, visto que esta reivindica para si um território específico, em face a insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre homens e mulheres. Gênero, como categoria de análise, destaca as diferenças a partir do reconhecimento de que as realidades são múltiplas, que ocorre processos históricos diferentes e simultâneos, abrindo a possibilidade de focos de análise diversas (MATOS, 1998, p. 73).

É esse o desafio que a categoria de análise das diferenças sexuais, gênero, trouxe para a produção do conhecimento em geral. No que se refere especificamente à História, busca-se, segundo Scoot (1994, 26) que ela historicize gênero e, ao fazer isso vá enfatizando os significados variáveis e contraditórios atribuídos às diferenças sexuais

ao longo do tempo, os processos políticos através dos quais esses significados foram criados e criticados, a instabilidade e maleabilidade das categorias “mulheres” e “homens” e, por fim, os modos pelos quais essas categorias se articulam uma em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do “falo” - uma história do gênero masculino no Brasil (1920-1940)*. Maceió: Ed. Catavento, 2003.

ALMEIDA, Maria Amélia Ferreira de. *Feminismo na Bahia 1930-1950*. 1986. Dissertação (Mestrado) – UFB, Salvador, 1986.

BESSE, Susan. Educação sem emancipação. In: _____. *Modernizando a desigualdade*. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: AdUSP, 1999. p. 122-142.

_____. Redefinição do “trabalho das mulheres”. In: _____. *Modernizando a desigualdade*. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: AdUSP, 1999.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *La mujer en el poder local en Bahia/Brasil: La imbricación de lo público y lo privado*. 1995. Tese (Doutorado) - Universidad Nacional Autónoma de Mexico, México, 1995.

COSTA, A. A. Alcântara; BRANDÃO, S.J. Feminismo na Bahia: A Federação Bahiana Pelo Progresso Feminino no contexto da Revolução de 1930. In: MOTTA, A.B.; SARDENBERG, B.M.C.; GOMES, M. (Orgs.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador, NEIM/UFBA, 2000. v.1.

COSTA, A. A. Alcântara; SARDENBERG, Cecília M. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida L.R.; BINGEMER, M^a Clara. L (Orgs.) *Mulher e relações de gênero*. Ed. Loyola, 1998.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário (1853)*. São Paulo: Cortez; INEP, 1989.

FOUCAULT, Michel de. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary. (Org.) *Historia das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 443-481.

MATOS, Maria Izilda. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 67-75, 1998.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary. (Org.) *Historia das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 578-606.

SARDENBERG, Cecília M. Mulheres e sindicatos: presença feminina no sinditêxtil-BA nos anos 50. In: SARDENBERG, C.; VANIN, Lole M.; ARAS, Lina M. B. (Orgs.) *Fazendo gênero na historiografia baiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002.

_____. Gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias. In: PASOS, E; ALVES, I.; MACEDO, M. *Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar*. Salvador: NEIM/UFBA, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero - uma categoria útil de análise em História. *Mulher e realidade: mulher e educação*, Porto Alegre, v.16, n. 02, p.5-22, jul/dez, 1996.

_____. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p.11-27, 1994.

SHOIHET, Rachel. Violência simbólica, saberes masculinos e representações femininas. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.7-29, 1997.

_____. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamorion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997. p. 277-279.

Periódicos

DIÁRIO DA BAHIA. Salvador, BA, 09 abr. 1931.

DIÁRIO DA BAHIA. Salvador, BA, 05 abr. 1931.

DIÁRIO DA BAHIA. Salvador, BA, 22 set. 1931.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE, 04 dez. 1927.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, BA, 09 abr. 1931.

VOZ DA BORBOREMA. Campina Grande, PB, 21 jan. 1939.

Artigo recebido em agosto de 2008 e aceito para publicação em setembro de 2008.